

VER, LER E OUVIR

CONFERÊNCIAS

MARC FERRO

HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA DA HISTÓRIA

Fac. de Letras, 27 de Outubro de 1983

FALSIFICAÇÕES DA HISTÓRIA

Fund. Eng.º Ant. de Almeida, 27 de Out. de 1983

MARC FERRO

E A ILHA DE GRANADA

O nosso tempo é tempo de vários combates e vários combatentes. Entre eles, tem ganho acuidade uma espécie de luta de resistência, uma «revolta surda» do «cidadão» contra o Estado asfixiante e contra todos os poderes que visam reduzir o indivíduo a uma entidade uniformizada e incarácterística. Esta resistência tem lugares de eleição — por exemplo a França, onde a simples palavra «citoyen» se reveste de um carisma especial — e intérpretes de eleição — por exemplo, os historiadores.

Mais palavra, menos palavra, esta ideia foi-nos transmitida, em conversa, por um deles: Marc Ferro, especializado na história russa e soviética, por um lado, e na ligação da história com o cinema, por outro, director dos «Cahiers du Monde Russe et Soviétique» e co-director dos «Annales», veio ao Porto proferir duas conferências, integradas na «Quinzena do Pensamento Francês após 1945» promovida pela Associação de Estudantes desta Faculdade, pelo Instituto Francês, pela Fundação Eng.º António de

Almeida e pelo Bureau d'Action Linguistique. As conferências relacionavam-se com o lançamento entre nós da sua última obra *Comment on raconte l'histoire aux enfants à travers le monde entier* (ou, no infeliz «travesti» nacional, *As Falsificações da História*, a que se acrescentou na capa, com tanto da ignorância como de mau gosto, «Mais do que o direito à história, temos o direito à verdade da história»).

Para lá do sucesso das palestras, em que Ferro, como orador brilhante, manejou na perfeição os exemplos e as historietas coloridas, prendendo do princípio ao fim um anfiteatro a transbordar em que se acotovelavam alunos e professores de todos os cursos da escola, fica a validade dos problemas que aquele investigador levantou: sumariamente, que a nossa imagem do mundo e das outras culturas é altamente condicionada pelas ideias que nos transmitiram nos bancos da escola primária ou do liceu, que a história feita «à medida» dos poderes dominantes (Estados ou partidos, igrejas ou interesses privados) é parecida um pouco por toda a parte e pratica uma série de deturpações que se podem arrumar segundo uma tipologia, que, finalmente, a história mais revoltada, a contra-história do país colonizado ou da etnia asfixiada reproduzem, de um modo surpreendentemente fiel, a metodologia, os conceitos e os valores daquela que pretende combater.

Deixando de lado os casos mais ou menos distantes que ele analisa, fica de pé um conjunto de perguntas inquietantes, como por exemplo a que Ferro formulou numa das conferências: o que sabemos nós da história de Granada antes dos recentes acontecimentos políticos? Com que direito recusamos objectivamente a existência deste povo — já que ignorá-lo vem a dar nisso mesmo?

Mais do que tentar responder, colocar o problema pode já ser uma forma de desmon-

tar — no nosso caso particular de europeus — uma história etnocentrista em que estamos muito mais mergulhados do que o que julgamos.

LUIÍS MIGUEL DUARTE

YVES LACOSTE

A NOÇÃO DE TERCEIRO MUNDO

Fac. de Letras, 5 de Novembro de 1983

No quadro da quinzena do «Pensamento Francês desde 1945», o Professor Yves Lacoste proferiu na Faculdade de Letras do Porto uma conferência cujo tema aliciante — «A Noção de Terceiro Mundo» — justificou a presença de uma numerosa assembleia de participantes.

Yves Lacoste desenvolveu essencialmente três temas:

1. A denominação «Terceiro Mundo», rapidamente divulgada pela *intelligentsia* parisiense, foi concebida em 1952 por Alfred Sauvy que fez um trocadilho de palavras com o «Terceiro-Estado» do Antigo Regime Francês («estado» social agrupando toda a população que não pertencia nem ao clero nem à nobreza). Assim, nas décadas cinquenta e sessenta, o Terceiro Mundo foi assimilado aos países subdesenvolvidos, quando estes iniciavam os seus processos de descolonização que amplificaram a difusão dos seus problemas. O envolvimento dos Estados Unidos na guerra do Vietnam deu um novo passo na definição do Terceiro Mundo: todos os países que lutavam contra o imperialismo americano.

2. A perplexidade dos «terceiro-mundistas» nasceu quando a questão deste imperialismo teve que ser ultrapassada na altura das primeiras guerras entre países do Terceiro Mundo de ideologia marxista (Vietnam / Cambodge; boat-people...). Descobriram bruscamente que não existia entre eles essa «solidariedade» tantas vezes debatida. De um lado os problemas sócio-económicos destes países são muito diferenciados, por outro lado dividem-se quanto à ideologia política escolhida. Vinte e cinco anos depois da apologia da noção de Terceiro Mundo, assiste-se actualmente à sua desmistificação, aliás paralela ao desenvolvimento da crise sócio-económica europeia.

3. Será que o Terceiro Mundo já não constituiu um conjunto geopolítico de cento e trinta países reunindo 3,5 biliões de habitantes? Para Yves Lacoste, não existe, efectivamente, nenhuma solidariedade neste conjunto, o que não quer dizer ausência de problemas comuns. Até agora só primou o «económico» para caracterizar o subdesenvolvimento. Mas, Yves Lacoste sublinhou que a única característica comum ao Terceiro Mundo reside actualmente no *enorme crescimento demográfico*, com todas as suas consequências sociais. Insurgiu-se com firmeza contra todas as alegações apocalípticas de fome mundial provocada por este crescimento e contra as esterilizações maciças como única solução do problema. O mais importante para Yves Lacoste é a nova «tomada de consciência — independência» dos países do Terceiro Mundo sobre os seus próprios problemas, contra os quais os respectivos governos começam a lutar, apesar das dificuldades internas e internacionais.

Seguiu-se um longo debate que focou essencialmente a questão do armamento (insolúvel para Yves Lacoste), as relações entre o «político» e o «económico» nas intervenções militares e/ou económicas dos países desenvolvidos e as questões levantadas pelas fronteiras herdadas do colonialismo.

NICOLE VARETA

PIERRE RIVAS

O NOUVEAU ROMAN

Fac. Letras, 9 de novembro de 1983

«(...) Je rêve parfois de consacrer une année sabbatique (!?) à écrire un nouvel anti-roman qui serait un anti-Nouveau Roman: l'histoire d'un pékin à qui la lecture de Robbe-Grillet aurait troublé la cervelle, et qui prétendrait vivre selon ce modèle (répétitions, variantes, parcours en boucle, analepses, prolepses, métalepses, etc.) dans un monde réfractaire à son délire. Il lui arriverait sans doute quelques aventures aussi plaisantes que celles du chevalier imaginaire aux prises avec les moulins à vent de la réalité — et aussi déplorables, car s'il y a plus pénible que d'être enfermé dans un labyrinthe, c'est peut-être de se croire dedans

lorsqu'on est dehors: on risque en effet, en cherchant la sortie, de trouver l'entrée».

G. Genette, *Palimpsestes*, p. 175

Pierre Rivas ao historiar a génese do «nouveau roman», na conferência proferida na Faculdade de Letras, acentuou o carácter de *ruptura* assumido por este movimento literário dos anos 50-60.

Há tendência em identificar os escritores do «nouveau roman» com as Editions du Seuil (Jerôme Landon), as Editions de Minuit e as revistas *Temps Modernes*, *Poétique*, etc.. Porém, isso apenas serve como ponto de referência, já que é mais pela vontade de modernidade que eles se irão distinguir.

Dividindo, nitidamente, a estrutura da sua comunicação, P. Rivas começou por definir pela negativa o «nouveau-roman». A *recusa* nele contida, manifesta-se contra o romance tradicional, os prémios Goncourt, o romance existencialista, o romance behaviourista americano, o realismo socialista, o romance à Proust, o «engagement», o formalismo, a necessidade de mensagem, o absurdo... Segundo P. Rivas, uma recusa «de la tradition de leurs aînés», isto é, «la mort du père»...

O «n.r.» é uma escrita branca. «Une recherche. » «Work in progress»: a obra que se constrói ao mesmo tempo que se escreve. Utilizando as obras teóricas, *L'ère du Soupçon* de Nathalie Sarraute, *Pour un Nouveau Roman* de Alain Robbe-Grillet e *Essai sur le Roman* de Michel Butor, P. Rivas faz uma longa travessia pela produção literária e fílmica desses «jeunes écrivains» em convergência com Joyce, Beckett, Kafka e outros.

Num segundo momento, P. Rivas definiu o tipo de narrativa do «n. r.» como uma «structure en abîme», autotélica — a recusa de toda a realidade que lhe é exterior. Designado de *romance objectal* ele é nas palavras de Robbe-Grillet, uma visão hiper-subjectivista da existência do homem. Ao criar a(s) sua(s) própria(s) forma(s), ele reitera a indissociabilidade da Poesia e da Poética.

Obra total de imaginação e de invenção, por vezes a sua intriga releva do romance policial. No «n. r.» o monólogo interior («sous-conversation » para N. Sarraute, «parlerie » para M. Duras) regista os tropismos, a simultaneidade e descontinuidade da memória, o apagamento do sujeito num processo semelhante ao da micro-fotografia e do «ralenti».

Barthes chamou-lhe «l'école du regard» pelo modo como se ocupa dos objectos. Descrevendo-os intensamente revela-nos, através deles, o mundo na sua espessura. No «n. r.» torna-se impossível saltar as descrições como fazemos em Balzac...

É com o «nouveau roman» que nasce um novo Narrador e um novo Leitor, afirma

finalmente P. Rivas. O leitor passivo torna-se leitor activo, aquele que, com o autor, se torna também criador.

Ler é, assim, uma modificação de si próprio. Uma aventura.

ISMÊNIA DE SOUSA

PUBLICAÇÕES

NOVA RENASCENÇA

Vol. III, n.º 2

Verão, 1983

Ainda não vai longe o Verão, pelo que se justifica, aqui, uma referência à revista NOVA RENASCENÇA e, mais particularmente, ao seu número 2.

É com Joseph Courtès que abre a publicação do segundo trimestre de 1983, embrenhando-nos no mundo semiótico das Relações de Estima e Não-Estima, «une simple quête du savoir en un champ de recherche encore inexploré» (cf. *Sentiments d'Estime et de Mesestime: du Lexique à la Sémantique*).

Partindo da entrada lexical «estima» e da sua definição contida no *Petit Robert*, J. Courtès aplica-lhe uma distribuição tipográfica que a converte numa relação linear de três segmentos — uma relação de conjunção do tipo cognitivo e valorativo.

Trata-se, por isso, de uma estrutura modal representada por uma fórmula que põe em evidência a articulação da «estima» segundo um esquema hierarquicamente organizado. Isto conduz ao estudo semântico do seu paradigma — «mérito», «valor», «boa opinião», «sentimento favorável» — e seus correlativos lexicais conjugados com um Sujeito 1 que julga ou estima um Sujeito 2, objecto desse «mérito» ou «valor».

Courtès submete a complexidade semântica destes sentimentos, já complexos, ao esquema semiótico de oposição que põe em relevo as «nuances» e «gradações» que, de outro modo, passariam despercebidas. De facto, a própria lexicalização que recobre o conjunto das definições «reflète une articulation particulièrement souple, imprécise (...)».

Neste artigo ficam abertas pistas para um eventual tratamento sintáctico deste assunto e a sugestão de Courtès para a investigação dos contextos literários determinan-

tes do emprego da «unidade complexa» que é a estima.

Pinharanda Gomes escreve sobre o ecletismo de Augusto César Pires de Lima e sobre o seu enorme valor como estudioso da Etnolinguística: *Augusto César Pires de Lima (1883-1959) e a Etnolinguística*.

Num artigo onde se percorre todo o esforço desenvolvido neste século para se dar o devido lugar a esta disciplina no seio da Etnologia e da Antropologia Cultural, o autor ressalta o importante papel de J. Leite de Vasconcelos e da corrente universitária (via Faculdades de Letras) no trabalho aturado de Pires de Lima.

Seguindo a proposta de Garrett, subscrita também por Leite de Vasconcelos, Pires de Lima põe em prática os princípios da Objectologia na sua vertente humanista sobvalorizando o factor linguístico: «uma palavra é muitas vezes o fio que nos conduz à descoberta de um costume de outras eras e até nos leva a deslindar um acontecimento histórico».

Deve-se a Pires de Lima a maior parte do estudo etnográfico e linguístico do norte do Douro e Pinharanda Gomes tece uma justa homenagem à obra de um dos fundadores da Etnolinguística Portuguesa.

Em *A Saudade, o Amor e a Morte* — conferência efectuada em Novembro de 1982 — António Botelho fala do pensamento de dois elementos da Renascença Portuguesa: Teixeira de Pascoaes e António Patrício.

Tomando as tragédias *Pedro, o Cru e Dinis* e *Isabel* como exemplos, o ensaísta estabelece a distinção entre o SAUDO-SISMO de T. de Pascoaes e o de A. Patrício.

A sombra que encobre sempre o amor em T. de Pascoaes, revela-o na sua suprema ausência que é a morte, de onde — afirma A. Botelho — surge toda a saudade. Em A. Patrício, ela ultrapassa a morte enquanto que em Pascoaes supera-a.

Debruçando-se sobre o movimento de retorno ascendente e idealizante que caracteriza a saudade de carácter panteísta em Pascoaes («A folha que tombava / era a alma que subia»), A. Botelho opõe-lhe a visão de A. Patrício nas palavras de D. Pedro, «rei da morte e da saudade»: «o meu reino de amor abrange a morte». Em A. Patrício toda a saudade se consome no amor já que ele é «o princípio e o fim de tudo».

«A escrita é sempre ausência (...)», afirma Luís P. A. Carlos a propósito de Jorge de Sena e acrescenta: «A emigração será pois uma espécie de sócia da escrita» (cf. *A Escrita da Emigração e a Emigração da Escrita na Poesia de Jorge de Sena*).

Surpreendente, esta reflexão sobre a

«emigração da escrita» na «escrita da emigração» que é a poesia de Jorge de Sena! Luís Carlos viaja ao longo das viagens de Sena, demora-se na *Peregrinatio ad Loca Infecta* enquanto percorre os (inter)textos de F. Pessoa, Octávio Paz, Álvaro de Campos, etc., num universo de linguagens plurais que é, afinal, a verdadeira pátria do poeta dito apátrida.

Para Luís Carlos o exílio da escrita de Sena transforma-a numa «escrita emigramática» por interposição da metalinguagem de J. Kristeva. A rota gráfica e geo-textual de J. de Sena tem, neste texto, um ponto de referência topográfica importantíssima para o mapa dos que, pela escrita, ainda (não) emigram.

Por vezes, esses poderão cair num *Processo de Destruição* (1980) como o que registou Günter Kunert, poeta alemão traduzido em doze poemas na NOVA RENASCENÇA. Ele diz-nos, entre outras coisas, que «Se o silêncio / tem mesmo que esconder-se / foge então / para os discursos / de onde ruidoso / fala / de si próprio».

G. Kunert escreve também, e em contraponto, a emigração do silêncio... Silêncio a que se poderá aventurar a expressão galega dos dez sonetos de Dario Xohán Cabana tão líricos e suaves como a «nostalxia» do seu país. Melancólica esta escrita que nos lembra a génese da nossa língua e de nós próprios...

Lídia Jorge conta-nos, no seu estilo narrativo muito peculiar, uma amizade perdida de um engenheiro de estradas que queria «descansar dos sonhos» (cf.: *Os dois viajantes*). Com Rémi Dall'ava somos levados ao imaginário que se passeia no labirinto das ruas à procura de Livia ou do reencontro do tempo, (cf.: *L'année prochaine chez Livia*).

Do livro de J. M. Robert *Comprendre Notre Cerveau* destaca a revista algumas páginas sobre a formação do mais precioso bem — o cérebro de uma criança. Deixando de lado a velha querela entre o Inato e o Adquirido, o autor vê o período de formação como uma corrida de estafetas com quatro atletas: a Fecundação, a Gravidez, o Nascimento e a Educação.

Todos eles têm a mesma importância sendo a Educação um factor com extrema responsabilidade no funcionamento normal do cérebro. O ecossistema mãe-filho ultrapassa o útero e depende directamente do exterior.

Se o córtex cerebral existe há milhares de anos com todas as suas faculdades, é evidente que, progressivamente, ele foi acolhendo e permitindo ao Homem actividades únicas na sua própria espécie: ler, escrever, contar e, até, falar com os computadores que

ele mesmo criou... (cf. *Le Bien le plus précieux: Le cerveau d'un enfant*).

Pensar que tudo isto nada mais vale do que zero é algo de complexo conforme nos esclarece Sampaio Bruno na sua obra dedicada às relações da Matemática com a Filosofia, *A Ideia de Deus*. A sinonímia do Nada e do Zero só tem sentido operacional no Cálculo. Na Matemática o zero vale Nove — valor que lhe permite dar um valor de posição aos números.

Através da noção de Base surge a integração da ideia de Zero e, posteriormente, a noção de Unidade como o Todo Universal (cf. *Sampaio Bruno e os Sistemas de Numeração*). F. Bernardo Sottomayor dá-nos a conhecer, neste texto, o pensamento filosófico deste eminente português que filiou o Saber no velho adágio «Mathesis germana Sophia» e profundamente combateu a ausência de rigor no ensino de uma ciência.

ISMÊNIA DE SOUSA

PAUL RICOEUR

E A METÁFORA VIVA

A recente edição em Português do livro de P. Ricoeur *A Metáfora Viva* reveste-se de singular importância, numa altura em que as editoras portuguesas se vêm a braços com grandes e graves problemas, que dificultam a publicação de obras de fundo. Assim, o risco que a Rés correu ao editar esta obra de divulgação que abrange um estrato de público necessariamente restrito, é de louvar.

Por outro lado, trata-se da primeira obra de tão importante autor a ser traduzida em português, sendo possível encontrar a sua restante bibliografia em francês e em tradução brasileira. Com esta edição podemos agora minorar uma lacuna importante, no que concerne ao panorama contemporâneo da filosofia francesa.

A Metáfora Viva além de uma tradução de Joaquim Torres Costa e António M. Magalhães que não levanta críticas de maior — e que umas quantas gralhas de impressão apesar de «incomodarem» uma leitura atenta, não chegam a perturbar —, é precedida de uma introdução da responsabilidade de Miguel Baptista Pereira que importa desde já destacar, e à qual nos referiremos um pouco mais adiante.

Quando se fala de P. Ricoeur pensa-se imediatamente em filosofia do sentido e em hermenêutica: «Desenvolvi a hermenêutica pela razão de que eu não conhecia senão reconhecendo-me através dos outros que compreendi e amei. O mais curto caminho de si para si é sempre o pensamento de outrém» (1). Toda a sua obra é com efeito fecundada por uma ideia base, a saber, a de que «a pessoa é simultaneamente uma origem, e um efeito, da capacidade de comunicação» (1).

No entanto, o traço mais característico da sua originalidade quanto ao problema da linguagem encontra-se no seu esforço de confronto com as ciências positivas, com a linguística, a psicanálise, o estruturalismo, a psicologia e a história, sem contudo deixar de reconhecer a diferença e a autonomia da ciência e da filosofia; reconhecimento este que não nega, mas afirma a consciência da sua mútua referência e necessidade da sua articulação interdisciplinar. E neste aspecto, como diz o Baptista Pereira, *A Metáfora Viva* é um ensaio modelar de interdisciplinaridade.

De referir igualmente a relação crítica que Ricoeur estabelece com textos fundamentais da tradição filosófica (por ex. de Aristóteles, Platão, Kant, Hegel, Husserl, Heidegger): «A minha crítica é sempre o produto de uma simpatia, diria mesmo de uma dívida» (1). E isto está de tal modo presente nesta obra, que não podemos deixar de reiterar a afirmação do autor da introdução, de que *A Metáfora Viva* «é uma crítica cerrada a todo o amadorismo que improvisa sobre teoria literária, e a qualquer investigação isolada, que se encerre no pretensso torrão absoluto da insularidade». E aqui talvez seja oportuno referir que Ricoeur se opõe, da mesma maneira tanto à ideia do intelectual «desincarnado» que só se interessa por determinado problema quando já foi solucionado por outro(s), como à ideia da atitude doutrinária que pretende impôr pela violência, a lógica de um sistema às contingências da vida.

Voltando à obra em questão, realce-se o excelente trabalho de Baptista Pereira ao proporcionar uma visão geral, mas incidente, dos pressupostos teóricos subjacentes *A Metáfora Viva*, sem a compreensão dos quais a sua leitura resultaria necessariamente deficitária e parcelar, já que eles retomam — superando — conceitos da herança secular do pensamento ocidental. É o caso, por exemplo, do conceito de *experiência* que para Ricoeur constitui a base fenomenológica de uma filosofia da interpretação; «da revisão crítica do conceito de imaginação e da sua função heurística na re-descrição da realidade» (2); e em especial, a reformulação

do problema do referente, já que é neste ponto que assenta toda a arquitectónica de *A Metáfora Viva*.

E este último pressuposto relativamente ao texto — objecto da hermenêutica — exige uma elaboração própria, que vai levar Ricoeur a levantar dois problemas de incidência filosófica: o da verdade e o da realidade. Problemas estes que, por sua vez, o vão conduzir à distinção e relação entre discurso poético e discurso filosófico, e à explicitação da ontologia implicada nos postulados de referência metafórica.

Da enunciação de todos estes pontos de reflexão vai sair a *ideia de metáfora viva*, ou seja: que do novo sentido saído da pertinência do enunciado metafórico é que resulta a possibilidade ou solicitação de conceitos, mas ainda não uma síntese conceptual. Deste modo para Ricoeur «a metáfora não é viva apenas ao vivificar uma linguagem constituída. A metáfora é viva ao inscrever o impulso da imaginação num «pensar mais» ao nível do conceito» (1).

Assim, *A Metáfora Viva* conduz-nos através do caminho que vai da retórica, passando pela semântica e semiótica, até à hermenêutica. Em cada um destes domínios a metáfora é colocada em quadros distintos: na retórica da metáfora a palavra é tomada como a unidade de referência; do ponto de vista semântico a metáfora é reconhecida no quadro da frase (e aqui é que a retórica e a semântica se começam a diferenciar); e finalmente a «a passagem ao ponto de vista hermenêutico corresponde à mudança de nível que conduz da frase ao discurso propriamente dito (poema, narrativa, ensaio, etc.)» (3).

Como diz Ricoeur, esta transição da semântica à hermenêutica encontra a sua justificação mais fundamental na conexão em qualquer discurso entre o sentido, que é a sua organização interna, e a referência, que é o seu poder de referir-se a uma realidade exterior à linguagem» (3).

Para P. Ricoeur a metáfora surge pois como a estratégia do discurso, que tanto preserva e desenvolve o poder criador da linguagem, como o poder heurístico desdobrado pela ficção.

Com a hermenêutica da metáfora podemos dizer que a obra chega ao seu tema mais importante, a saber: que «a metáfora é o processo retórico pelo qual o discurso liberta o poder que certas ficções comportam de redescrever a realidade» (3). E é precisamente aqui que surge a necessidade de clarificar a filosofia implícita na teoria da referência, já que ela toca, como já se referiu, em conceitos como «verdade» e «realidade».

O conjunto da obra é, deste modo, um longo trajecto que parte de Aristóteles, pas-

sando pelos últimos trabalhos de retórica na Europa, pelas contribuições, no campo da semântica e da semiótica, de vários autores de linguagem inglesa como I. A. Richards e Max Black, pela linguística de Saussure e também pela confrontação com o estruturalismo. Isto demonstra bem a intenção de Ricoeur em abarcar um leque diferenciado de posições teóricas, de modo a poder delinear o problema da hermenêutica na sua verdadeira amplitude. Em Ricoeur não podemos de modo algum dissociar Vida, Mundo e Ser da linguagem, uma vez que constituem apenas variações do referente.

A dificuldade de abarcar a totalidade dos problemas relativos à linguagem, deriva do que podemos chamar o mistério «da» linguagem. Segundo Ricoeur tal mistério «consiste no facto de que a linguagem nos diz qualquer coisa sobre o ser» (1), e o que se procura não é senão uma grande filosofia da linguagem que seja capaz de dar conta das múltiplas funções do «significar humano». Mas surge uma pergunta: «Como é possível que a linguagem seja capaz de servir tão bem para a matemática como para o mito, para a física como para a arte?» (1). O que falta é, segundo Ricoeur, um novo Leibnitz que seja simultaneamente matemático, exegeta e psicanalista.

Enquanto isso, enquanto se espera por essa improvável filosofia da linguagem integral, resta apenas a «exploração das articulações entre as diversas disciplinas que recorrem à linguagem» (1).

1) *Entrevista com Paul Ricoeur, JL/Nouvel Observateur*

2) *A Metáfora Viva*

3) *A Metáfora Viva*, Prefácio.

Susana Marinho